

IMPACTOS DA REGULAMENTAÇÃO NO PROJETO PEDAGÓGICO IDEAL PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Renato Sampaio Sadi¹

RESUMO: Este trabalho apresenta os impactos da regulamentação da profissão Educação Física (Lei 9.696/98) e discute o projeto pedagógico para o ensino na escola.

Ainda que seja cedo um balanço sobre a regulamentação da profissão, dado que, entre a promulgação da Lei e a organização dos Conselhos Regionais, o tempo foi estreito para qualquer tipo de aprofundamento, escrevo este texto na tentativa de buscar aliados interessados na discussão do projeto pedagógico para a Educação Física Escolar.

Durante duas décadas aproximadamente, a Educação Física brasileira viveu o impasse do projeto pedagógico ideal para o ensino básico. As discussões normalmente abordavam os fundamentos bio-psico-sociais, a unidade corpo-mente, os resquícios do autoritarismo militar, a escola nova e as propostas construtivistas, além dos objetivos, das metas implícitas e explícitas de diversos projetos. No Estado de São Paulo, a CENP - Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas lançou os famosos cadernos de subsídios aos professores²; a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação com apoio da Apeoesp produziu um vídeo sobre as concepções da área.³ Inúmeras foram as publicações sobre Educação Física Escolar. Alguns textos foram utilizados para compor a bibliografia de concursos públicos, sendo bastante consumidos em bibliotecas de cursos de Educação Física. Todavia o consumo em massa ainda não foi possível; não houve condições materiais adequadas para a maioria dos programas de capacitação e qualificação, de cunho crítico, imprimir um (re)ordenamento necessário ao projeto pedagógico da Educação Física. Refiro-me às possibilidades que o Estado deve promover, no campo da formação/qualificação profissional, cursos com afastamento garantido, grupo de estudos e pesquisa, com carga horária e salário compatíveis. Como tudo isso, por enquanto é ilusão, os impactos da regulamentação apresentam-se de forma destrutiva, afinal, a possibilidade da profissão "garantida" é a válvula de escape posta pela crise, ou seja, é o "agarrar-se como rei - que tem olho, na terra de cegos"

Este ensaio problematiza o debate acadêmico-profissional da Educação Física em relação à questão de um projeto pedagógico (necessário) gestado no interior de concepções e metodologias de ensino, mas pouco praticado pelos professores de Educação Física. Devido aos impactos da regulamentação da profissão⁴, acirram-se os projetos em disputa. Por um lado, o movimento político da luta entre esquerda e direita na área é reanimado por debates e fóruns de discussão num primeiro momento, revive-se o palco da década de 1980, por outro, há poucos indícios de conquistas a partir destes debates.

O avanço do neoliberalismo consegue forjar o consenso de classes sociais, atacando a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores, apresentando-se no Estado mínimo, como o "pai dos pobres". Dadas as enormes proporções de desgaste e de crise societal, o capitalismo reanima-se, denunciando corruptelas da direita enquanto esquiva-se os falsos social-democratas. São fórmulas de manipulação absolutamente válidas no jogo sujo estabelecido pelos países centrais. Enquanto o socialismo real existia o alvo de ataques eram os dirigentes socialistas e àqueles que apoiavam as lutas do povo oprimido. Num momento de fragilidade da luta socialista no mundo, as táticas são outras: atacam a direita, com a qual haviam feito aliança anteriormente. Dessa forma, procuram neutralizar o desgaste sofrido e amenizar o caos social através do esfriamento da perspectiva socialista.

Na própria matriz, os Estados Unidos, boa parte do público pensante está se dando conta de que vem sendo usado pelo neoliberalismo e pelo bipartidarismo (em verdade, um só); está se dando conta de que seu país restaurou a pena de morte, de que seu país tem o maior número de presidiários do mundo e que a maioria é composta de negros e imigrantes, muitos dos quais são basi-

¹ Professor de Educação Física, doutorando em Educação pela PUC-SP. Docente da Universidade Cruzeiro do Sul-SP (UNICSUL)

² Proposta Curricular de Educação Física - 1º grau - 1986; Educação Física no ensino básico, 1989; Atividades para o ciclo básico. Vol 1, 1993; Atividades para 3 e 4 séries do 1º grau. Vol 1, 1993; Educação Física - 1º grau: 5 a 8 séries, vol 1, 1992; Educação Física - 1º grau: 5 a 8 séries. V. 2, 1994 CENP.

³ O programa de capacitação para Assistente de Apoio Pedagógico, desenvolvido pela FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação (órgão da Secretaria de Estado da Educação, 1993) recebeu críticas do próprio Coordenador da área de Educação Física, professor Lino Castellani Filho. As influências da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado de São Paulo quanto aos "Jogos Escolares" com caráter tecnicista e a concepção unilateral do professorado de Educação Física que vê no esporte, sua projeção profissional. Ver a respeito: CASTELLANI FILHO, Lino. "Do nhenhêhê à teoria da prática" In: Cap.4. *Política Educacional e Educação Física*. Campinas, Autores Associados, 1998, pp 71-81.

⁴ Considero impactos da regulamentação, as seguintes questões: o aprofundamento da anti-democracia; presente na nomeação (e não eleição) dos membros efetivos e suplentes dos Crefs para um mandato de quatro anos (cf. Resolução 017/99 Confef); excessivas preocupações com a área não-escolar da Educação Física; o surgimento de pseudo-intelectuais, defensores de uma educação tecnocrática; o direcionamento ideológico do neoliberalismo, no que se refere ao individualismo colado na "ampliação" (falaciosa) do mercado e portanto na possibilidade liberal de ser patrão, dono ou diretor de academia. Colada a esta questão, os setores progressistas, de centro e de esquerda (re)articulam-se na defesa da escola pública de qualidade, sendo este talvez, o núcleo duro ou a espinha dorsal de todo o debate: o ataque aos espaços públicos e o avanço descarado dos espaços privados por parte dos setores neoliberais apoiados pelo conservantismo histórico.

camente prisioneiros políticos. Está se dando conta de que os donos do poder semeiam o racismo para que os pobres se matem entre si; está vendo mães cafetinizando filhas, e crianças se prostituindo por um pouco de crack. E não há nenhum comunista a volta para ser responsabilizado. No Brasil, a última ordem de Washington – na falta de comunistas – é responsabilizar a extrema direita, os ricos ladrões de galinha, dinossauros como ACM, Maluf e Newton Cruz, que já cumpriram suas nojentas funções. Enquanto o povo os odeia – como aliás merecem – se esquece da máfia de Washington, de FHC e seus economistas bilionários. Temos obrigação moral (e física) de aproveitar o momento (agora) em que os bandidos brigam entre si e demonstrar que socialismo não é palavra. (WOLF, 2000:15)

Cabe registrar preliminarmente que a disputa do projeto pedagógico ideal para a Educação Física escolar está contida neste caldo cultural deixado pelo neoliberalismo na década de 1990. Deriva-se desta questão maior, reflexões imediatas e necessárias para qualquer projeto de Educação Física: Afinal o que significa a “substituição” do professor de Educação Física pelo profissional de Educação Física no âmbito escolar da área?⁵

Boas perguntas alimentam hipóteses frutíferas para o teste de comprovação empírica, de verificabilidade do real. Relembro alguns dos suportes teóricos construídos pela área ao longo de seu recente debate acadêmico; ao professor que está distante, tal debate pode constituir-se em uma “conversa de mudos”, ou seja, são realidades distintas, difíceis de serem aproximadas. Partindo da prática escolar, das perguntas frequentes no dia-a-dia do professor e nas constatações da realidade escolar, pergunto: quem elabora a política de Educação Física, o plano de ensino e a aplicação/avaliação das atividades? As listas de conteúdos dispersos são suficientes? Qual a lógica utilizada para alocar este ou aquele conteúdo nesta ou naquela série? Por exemplo, por que as habilidades (fundamentos) do voleibol são ensinados na quinta série? O Plano de ensino muitas vezes é o mesmo dos anos anteriores. Do planejamento, participam pouco os professores de Educação Física. De forma integrada, menos ainda. Embora o conteúdo da interdisciplinaridade possa ser questionado, o processo de integração democrática entre todos os professores de uma escola, é louvável, se conduzido com transparência e oportunidade para debate e crítica. Sendo assim, um bom planejamento requer um bom relacionamento com os colegas, um bom convívio social etc; são questões constitutivas do ponto de partida do projeto pedagógico, sendo porém, insuficientes, se tratadas isoladamente. Para além desse mapeamento cotidiano, quantos professores de Educação Física participam da luta sindical dos professores, como categoria consolidada, regulamentada e reconhecida pelo Estado?

Pergunto sobre a participação sindical pois entendo que a aprendizagem da luta política (na prática e com reflexão consciente) pode ser qualificada, como fez Gramsci, dividindo-a em três momentos:

O primeiro é o econômico-corporativo (...) Um segundo momento é aquele em que se adquire a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico (...) Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 1999: 50)

A prática profissional pode trazer novas experiências e assim, novas discussões serão colocadas na pauta do debate acadêmico. Esta relação não pode ser estéril e abstrata, nem do lado da Universidade, nem do lado dos agentes que atuam no ensino básico. O fundamental é dissecar a verdade desta empiria. Afinal por que, predominantemente, as discussões sobre condições de trabalho (e salário) se dão com um acentuado sentido corporativo na área da Educação Física? A formação acadêmica e profissional, base de toda a prática e de todo o discurso produzido na Educação Física, deve ser constantemente revista. Não ao sabor das forças ocultas do mercado irrestrito - ideologia que dá suporte ao neoliberalismo, mas a serviço dos interesses dos trabalhadores. Isto implica em dotar currículos com forte embasamento humanista, além da sustentação de aportes teóricos no campo crítico da educação. Significa olhar para a Educação Física da escola (estudando-a, pesquisando-a e debatendo-a) sem perder de vista a Educação Física na escola.⁶

O período de formação é longo e produzir formação em alto nível requer tempo. Por outro lado a prática profissional também necessita de tempo para sedimentar propostas sérias e científicas. O que pode um professor fazer em sua aula, ou em reunião formal ou informal? Como rever a realidade na qual são inseridos os sujeitos, senão através da própria realidade? Como resgatar o sentido de coletividade, invertendo lógicas, quebrando mitos, balançando convicções, (re)aprendendo a falar e ouvir democraticamente? Como realizar tudo isso? Primeira hipótese: tentando dizer às pessoas que a Educação Física, por ser uma área de baixa densidade intelectual, deve sempre buscar a qualificação profissional. Isto implica em reconhecer humildemente que os chavões em forma de resposta, tem servido muito pouco. Também significa que as pessoas devem ler mais e escrever melhor. Segunda hipótese: questionando as verdades produzidas sem crítica nem debate. Aqui, a questão democrática no interior da escola é fundamental. Informação é conhecimento, portanto, necessita ser sempre socializada. Terceira hipótese:

⁵ Questões para a reflexão dos professores de Educação Física que trabalham em escolas: Qual é o objetivo de uma atividade esportiva na escola? O que os professores ensinam quando destacam um bloco de aulas para uma determinada modalidade esportiva? Quais os olhares da escola em geral e da comunidade às propostas de Educação Física? Tal quadro pode ser alterado? Para que (e a quem) serve, efetivamente, a Educação Física?

⁶ Cf. CAPARROZ, Francisco E. *Entre a Educação Física da Escola e a Educação Física na escola: A Educação Física como componente curricular*. Vitória, UFES, CEFD, 1997

aprendendo a ensinar mais do que simples movimentos, jogos ou regras de esportes. O exercício de ajuste à realidade pode ser buscado através de tentativas de aplicação de outras formas de ensino. Outros jogos, outras regras e o retorno àquilo que se sabe fazer, pois não se trata de negar o conhecimento adquirido. Aqui, a convivência, a cidadania, o trabalho, o lazer, a solidariedade, a ecologia e a televisão são aspectos que dizem muito, mas tratados espontaneamente não conduzem àquilo que sempre ouvimos e repetimos: a educação integral, de corpo inteiro, àquela que, mesmo no terreno da necessidade, prepara para a liberdade.

Poder-se-ia argumentar a favor da especificidade da Educação Física e assim toda perspectiva de educação integral cairia por terra. A fragmentação e especialização dos saberes de nossa área tem conduzido ao desastre que deslegitima o professor de Educação Física frente aos demais profissionais da educação. MEDINA (1992:145) elabora uma idéia do debate sobre o esporte competitivo de alto rendimento que julgo estar presente na escola básica:

Máximo rendimento e lucro unem-se para ditar as normas no mundo da competição. A ênfase nesse binômio costuma secundarizar, sistematicamente e cada vez mais, alguns princípios éticos básicos para a humanidade do homem, levando o atleta a ser tratado como máquina, mercadoria ou produto descartável

Uma educação de corpo inteiro ou uma educação parcial? Um par de biceps bem preparado para a competição esportiva ou uma consciência crítica capaz de solucionar impasses, propor caminhos alternativos e mesmo rebelar-se se for o caso? Uma educação para a vida ou para o mercado de trabalho? Resulta destas questões que o projeto pedagógico (não existente no consenso de muitos professores de Educação Física, mas apenas restrito à experiências isoladas) só pode ser construído de comum acordo com os interessados numa educação de qualidade. O lugar da Educação Física na escola poderá ser destacado caso as atividades docentes sejam cuidadosamente planejadas em função deste projeto maior, mas será descartado se os métodos de aula permanecerem com o caráter de confinamento e engorda (cf. FREIRE, 1992). Na intenção, a burguesia já descartou amplamente a Educação Física Escolar e, "substituiu" sua importância às possibilidades do mercado. Na prática, porém, tal descartabilidade enfrenta resistências de todos os lados. O lugar da Educação Física não é o mesmo do Esporte competitivo, do ideário militar e/ou médico-higienista. Também não é apenas o lugar da denúncia e da crítica teórica, tampouco o lugar da "disciplina de auxílio" às demais disciplinas escolares.

Não é por acaso que a Educação Física não tem qualquer importância nas escolas (...) Os problemas de rejeição da Educação Física agravar-se-ão quando ela puder mostrar que as pessoas vão à escola mas não aprendem (...) É um ensino que se dirige a crianças ideais e não a crianças reais. (FREIRE, 1992: 115).

Por outro lado o ensino da Educação Física tem sido o lugar da "terra arrasada", do fazer descomprometido, do horário informal do jogo e do esporte. Esta Educação Física ensina muito pouco e seu público participante, aprende muito pouco. Quando consegue ensinar algo, o faz de forma seletiva, educando apenas para o gesto e gosto do esporte formal. O lugar da Educação Física na educação (apesar de limitado) pode ser pensado pelos progressistas e por todas aquelas pessoas que se interessam (direta e indiretamente) por processos educacionais que envolvam os conteúdos e as relações dinâmicas da Educação Física. Enfim, um lugar que trate a Educação Física como componente curricular, que desenvolva um ensino (crítico) dirigido por professores que façam uso da prática da liberdade.

Com esta perspectiva educacional entendo que somente dentro de uma estrutura escolar que tenha o trabalho como princípio educativo, um trabalho que realize o ser e não simplesmente o prepare para o mercado, tal Educação Física seja possível. Implicaria uma escola sem grades nem muros mas inicialmente uma escola estatal, burocrática e centralmente dirigida. Uma escola que orientasse seu projeto pedagógico no sentido da fundamentação científica, combinando experiências múltiplas, dirigindo o ensino e ao mesmo tempo (re)produzindo conhecimentos coletivamente. Uma escola que soubesse apropriar-se da Educação Física, atribuindo a ela um papel concreto: ter como princípio educativo o movimento com sentido de pensamento para a organização da necessidade e da liberdade da vida. Não seria uma Educação Física "teórica", mas uma teoria radicalmente sustentada na lógica do real. Implicaria em uma educação democratizada e (des)centralizada a partir de um mapeamento detalhado dos projetos educacionais adequados, isto é, uma Educação (Física) politicamente conduzida por produtores livremente associados, que decidiriam coletivamente os destinos da formação integral e humana. Esta Escola passa, com certeza, pelo rompimento definitivo com a Educação fragmentada e tecnicista, com a brincadeira espontânea e com o puro construtivismo, sem que isso signifique o abandono da particularidade, da técnica como arte, da estética como ética. Este projeto vem sendo historicamente alvo de disputa política, pois fere os interesses de quem controla, de quem conserva, de quem manipula, de quem legisla em causa própria. Mesmo no interior do campo democrático não há unidade mínima consolidada. O projeto pedagógico ideal sofre hoje, impactos da Regulamentação da Profissão e está engessado em função da discussão "prioritária" do sujeito individual e profissional.

O que o atual debate em torno da Lei 9696/98 tem revelado é a disputa por intenção de projeto, que conjugue o interesse acadêmico e profissional, com possíveis mudanças imediatas, tais como a organização de uma categoria profissional, mas que possa, além disso, desembocar em projeto de fato. A hegmonia, do ponto de vista da legalidade, continua com o conservantismo histórico e agora também com os neoliberais. Conquistada artificialmente (mas ainda sem legitimidade da comunidade da área) e questionada pela oposição, poderá apoiar-se nos tradicionais princípios do fisiologismo parlamentar. Nesse sentido, trata-se de uma questão meramente política ou há determinações do projeto pedagógico ideal, ainda obscuras?

A aparência do debate já foi amplamente declarada pelo atual presidente do CONFEF – Conselho Federal de Educação Física, professor Jorge Steinhilber: a defesa do mercado profissional.⁷ A essência do mesmo debate, todavia, não é dita: por trás do discurso fácil do mercado, da venda de imagem “moderna”/salvadora e de pessoa bem sucedida na vida, oculta-se o sucateamento da escola pública, ou seja, o desejo de privatizar o espaço da Educação Física escolar. Como este é um processo de longo prazo, há que se modificar currículos de escolas de Educação Física; há que se aumentar as “disponibilidades” das academias e instituições para que se possa vender o corpo e as atividades físicas escolares, como sendo “extra-escolares”; há que se caracterizar a escola (des)caracterizando o projeto pedagógico da Educação Física. Neste jogo, como em tudo na luta de classes, há dois lados: de um, os setores comprometidos com a formação de um amplo leque de políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, comprometidos com a defesa de um ensino público em todos os níveis, comprometidos com a qualidade social da educação para todos e com a transformação de valores e crenças que essa educação venha a possibilitar, de outro, os setores arraigados ao conservadorismo, oriundos da direita da área, das APEFs – Associações de Professores de Educação Física inoperantes, do poder estéril de um conselho “fabricado”. Estes setores cooptaram uma parte da esquerda e constituíram o CONFEF, ou seja, conquistaram o poder da “profissão” Educação Física para o mercado do “profissional de Educação Física. No entanto, ao analisar o termo profissão, o sentido corporativo é o mais nítido nas comparações dos salários dos trabalhadores. Refiro-me ao status social atribuído à várias profissões no Brasil. Aquelas consideradas “liberais”, devido ao ápice da crise, conduziu as pessoas à imposição de padrões de vida bem inferiores aos de anteriormente, ou seja, o achatamento salarial fez (e faz) o padrão de vida mudar (para pior); em seguida, o arranjo da situação se dá através do aumento na jornada de trabalho.⁸ O corporativismo dificulta os olhares críticos dos trabalhadores na construção de unidade e resistência. Não tem sido poucos, os debates sindicais que sinalizam a insuficiência da luta sindical isolada de uma dada categoria qualquer. Mesmo os movimentos mais amplos que procuram a união de várias categorias, de vários ramos de atividade, têm encontrado obstáculos no confronto com o neoliberalismo. A CUT – Central Única dos Trabalhadores, como grande central opositora da política neoliberal têm encontrado grandes dificuldades em mobilizar contingentes de trabalhadores para atos,

caminhadas de protesto e dias de paralisação nacional. Assim, o que dizer da Educação Física enquanto micro-cosmo pulverizado e fragmentado pelo próprio grupelho de oportunistas?

Faria Junior indica duas conotações para o termo profissão: conotação descritiva e conotação prescritiva. Ambas são de ordem funcionalista. O termo profissionalização faria com que houvesse um tipo de trânsito entre a organização de uma ocupação, passando por uma hierarquia (quase profissão, semi profissão, profissão emergente) até chegar à profissão propriamente dita (cf. FARIA JUNIOR, 1992:229).

Em síntese, sob a ótica funcionalista poder-se-ia considerar que uma profissão: prestaria um serviço de relevância social, único e essencial, reconhecido pelo público; seus membros deveriam ser regidos por um código de ética, no qual o serviço prestado deveria ser colocado acima do ganho particular; cada membro do grupo profissional deveria poder efetuar operações intelectuais especiais e possuir habilidades técnicas particularizadas; deveria ter uma organização mais abrangente e auto governada, onde os membros da profissão trabalhariam. (Faria Junior, 2000:02).

O autor, após diagnosticar as diferenças entre os conhecimentos do bacharel e do licenciado em Educação Física, concluiu que a regulamentação inspirou-se em idéias funcionalistas de profissão, tecendo críticas à resolução nº 3/87. Além disso aponta que, na história da área, muitas foram as possibilidades de “regulamentação”.⁹

Mesmo dentro do quadro teórico do funcionalismo, algumas perguntas já poderiam ser formuladas. Por exemplo, tem a sociedade brasileira reconhecido que a Educação Física desempenha alguma função social importante? Evidências têm mostrado que nossa sociedade têm estado mais preocupada com as doenças, a fome, a miséria, os baixos salários, as altas taxas de desemprego e as violações dos direitos humanos, do que com a possibilidade da Educação Física exercer alguma função social relevante (...) Em conclusão, a proposta de regulamentação ignora que uma profissão é histórica e socialmente construída, constituindo-se apenas em um inócuo e ultrapassado recurso cartorial (ibidem, 03).

⁷ O artigo denominado “Profissional de Educação Física... existe?” de Jorge Steinhilber é uma defesa apaixonada da profissão que ainda não existia. O autor utiliza o enquadramento corporativo colocando o “quem”, que seria a responsabilidade profissional e o “nós” como grupo, categoria que pode “tomar para si” espaços ocupados por outros trabalhadores (leigos). Destaco os seguintes trechos do texto, por considera-los significativos na disputa dos projetos: “Minha proposta é resgatar o profissional. É trazer para o centro das atenções este egresso das escolas de Educação Física, que está órfão, que não tem amparo, que não tem respaldo jurídico (...) A vontade da maioria dos egressos das escolas de Educação Física é garantir a regulamentação de sua profissão, ocupar os espaços vazios, criar os Conselhos de Profissionais onde passarão a ter vez e voz, onde passarão a definir os rumos de sua profissão (...) Os profissionais estão cansados de discutir. Estão nos cobrando ação. Enquanto os conservadores querem discutir, questionar, os progressistas querem soluções, querem ocupação dos espaços. Querem mercado para poderem trabalhar.”

⁸ No Brasil, dados levantados pela pesquisa mensal de emprego do IBGE indicam que a média de horas trabalhadas = 41 por semana contra 39 do começo da década, um aumento de cerca de 100 horas por ano. Mais de 71% da população economicamente ativa trabalha mais de 40 horas por semana, sendo que 39% trabalham 45 horas por semana. O motor desse fenômeno é o desemprego e, ao invés do lazer, o trabalho (e a falta dele) está na cabeça do brasileiro nas horas de folga. (Revista Veja, ano 33, nº 14, p. 122)

⁹ Entre outras, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, os Departamentos de Educação Física de Secretarias de Estado de Educação, bem como tentativas de “códigos disciplinares” para a ética do professor de Educação Física. (cf. FARIA JUNIOR)

Faria Junior imprime profundidade no tema abordado. O que se chama por profissão, na verdade é a afirmação de grupos de trabalhadores, dentro do capitalismo, de seu espaço profissional, de sua capacidade política de ampliar e manter este espaço. O que está em disputa na Educação Física é obviamente o projeto pedagógico para a escola. Mas como tal disputa é mascarada pela burocracia escolar e pela crise educacional, que é uma das faces da crise societária, não importa o discutir, o refletir e o fazer da escola com perspectiva emancipatória. Importa o diploma, o emprego, o status social e assim a escola deve limitar seu papel à pura instrumentalização de técnicas, regras e esquemas montados para a aplicabilidade, para o funcionamento da prática. Para os defensores da regulamentação, ser "profissional" traz, além do status, do respeito e da pompa perante a sociedade, ampliação do mercado de trabalho. Para os contrários à regulamentação, o corporativismo pode ser aprofundado e o Conselho (Federal e Regional) incapaz de resolver problemas básicos dos professores de Educação Física. Assim, a nomenclatura "Profissional de Educação Física" é extremamente restritiva e ao invés de unificar a área, fragmenta-a em dois pedaços, o do bacharel e o do licenciado. Por outro lado o termo "profissionais da educação", visa unificar todos os professores e trabalhadores em educação, um título que pode abranger uma categoria professores, funcionários de escola, diretores, coordenadores e até vigias, dependendo da condução do grupo de pessoas, torna-se corporativo, pois os interesses destas pessoas não são os mesmos dos usuários do serviço que estas pessoas prestam, dos alunos, dos pais de alunos, da comunidade etc. Chega-se assim, às trocas que o mercado possibilita. Trocas de forças de trabalho, de serviço, prestação de serviço ao Estado ou ao patrão. Nestas trocas, os trabalhadores entram em choque com outros trabalhadores. Perdem de vista o inimigo comum que é a burguesia e os setores atrasados da sociedade. A unidade de luta contra o capitalismo vai por água abaixo.

Uma vez estabelecida a confusão institucional, todas as energias (no caso, a dos professores de Educação Física) são canalizadas para o fetiche deste campo político (a institucionalidade) em detrimento do espaço escolar, este sim, propositadamente, entregue à ética do positivismo, imposta soberanamente. Isto aponta para uma (re)significação do projeto pedagógico da/n escola básica. Fazer e não pensar a Educação Física: eis o lema, eis a questão! Qual o teor destas mudanças? O fortalecimento de laços históricos, agora neoliberais e neoconservadores¹⁰ para a aplicação das fórmulas mercantis na área: academias, lazer, clubes, hotéis, condomínios residenciais etc, tendo a escola como mediação fundamental de educação.

Na verdade todos querem mudança na área. O problema reside na condução destas mudanças, nos caminhos a serem seguidos. Desde a ampliação do mercado de trabalho até o socialismo. Desde reformas pontuais até a revolução socialista. O fato é que a oposição imprime um caráter histórico e coerente

com as lutas populares, enquanto que a direita vê a sociedade e a história positivamente, sem movimento contrário, sem dialética, em perfeita harmonia portanto, apenas com desajustes, que precisam ser eliminados tais como os pobres, a miséria, os ladrões e os doentes. Se a esquerda constrói seu projeto de Educação Física com base na crítica, no debate democrático e nas propostas elaboradas coletivamente, a direita esconde-se através da regulamentação, que foi possibilitada no neoliberalismo de FHC. Ao mesmo tempo, a esquerda resiste aos abusos e aos mecanismos autocráticos conduzidos pelas classes dominantes, pela direita do país e de fora dele. Esta direita, da qual a direita da Educação Física faz parte, constrói seu projeto herdando o ideário das políticas dos tempos populistas, higienistas e militares. Seu cariz social democrata apóia-se nos princípios do neoliberalismo e quando necessário, reprime e oprime trabalhadores em nome de uma suposta "democracia". A disputa do projeto pedagógico ideal foi posta pela esquerda da área através da crítica à Educação Física historicamente constituída.

A almejada Educação Física da esquerda não é idealista, é utópica, ou seja, é uma possibilidade concreta de constituir-se em realidade. Para isso, não pode ficar esperando benesses dos governos. Deve ir à luta. A preparação deste amanhã requer bases para que se possa gestar o novo dentro do velho.

A preocupação com as táticas a serem conduzidas no interior do capitalismo para acumular forças no setor educacional e pedagógico foram sinalizadas por Gramsci, na discussão da escola unitária:

Uma escola de cultura geral completamente diferente daquela compreendida pela tradicional escola média humanista. O novo humanismo preconizado, implica o desenvolvimento da capacidade intelectual dos alunos correspondente ao desenvolvimento da cultura do seu tempo, abolindo a estreita divisão entre ciências do homem e ciências da natureza. Este novo humanismo tem como princípio educativo o trabalho, mas não o trabalho meramente artesanal e praticista, que entorpece as capacidades do indivíduo. Trata-se de uma relação qualitativamente diferente entre educação e trabalho, necessária à internalização deste novo tipo de cultura geral. Esta proposta de Gramsci pressupõe descobrir caminhos não trilhados ainda e exige uma capacidade surpreendente de criatividade e esforço dos educadores e educandos (MACHADO, 1991:145).

A Educação Física também poderia pensar em acumular forças e gestar táticas, através do conhecimento científico produzido na área. Refiro-me não apenas aos conhecimentos da área "biológica", mas principalmente da área "crítico-social". O projeto pedagógico do socialismo só será construído no socialismo. Não se deve ter a ilusão de que o capitalismo resolverá os problemas dos profissionais da educação, de que os sindicatos podem propor a (re)articulação da capacidade econômica do

¹⁰ A ideologia da Nova Direita conjuga os princípios do neoliberalismo (indivíduo, liberdade de escolha, sociedade de mercado, laissez-faire e governo mínimo) com os princípios do neoconservadorismo (governo forte, autoritarismo social, sociedade disciplinada, hierarquia e subordinação e nação) (cf. FINKEL, 1990). A ideologia da Nova Direita em Educação Física parece apresentar-se com uma mescla destas características.

Estado e dos padrões e impor uma lógica democrática a favor da economia de mercado, a lógica da inclusão dos trabalhadores na participação do lucro e no consumo em massa. Este delírio, muito presente nos professores que defendem a regulamentação da profissão como saída rápida para o mundo encantado da Educação Física tem feito fraturas sérias na área. Continuamos assim, a viver o embate político da década de 1980 entre direita e esquerda. Mesmo considerando a direita da área como vencedora na proposta da regulamentação da profissão, muitos questionamentos ainda permanecem.¹¹ Qual será o papel das APEFs? O que efetivamente ganham os professores que trabalham em escolas? Quais são as pesquisas que comprovam que os "leigos" causam tantos males à área?

A legislação educacional merece debate e interpretação, não a aplicação pura e simples, "de cima pra baixo" sem discussão, sem votação. Saviani, ao abordar a atual LDB - Lei de Diretrizes e Bases, advoga a concepção socialista, que a seu ver divide-se em: educação fundamental (que supere a contradição entre homem e sociedade), um ensino médio (que supere a contradição entre o homem e o trabalho) e um ensino superior (que supere a contradição entre o homem e a cultura). As críticas dirigidas ao autor consideraram tais afirmações "fora da realidade". Estamos no capitalismo, afirmavam, e tais propostas seriam "inviáveis". Saviani responde:

Cabe-nos observar que esse tipo de objeção quer nos encurralar entre o cinismo e o ceticismo: cinismo que mistifica, através de belas e respeitáveis palavras como a liberdade, o homem, a democracia e o progresso, o desprezo pelos valores da vida humana e o esvaziamento cultural; ceticismo que pretende nos induzir à idéia de que fora do capitalismo e da sociedade burguesa não se descortina horizonte algum (...) Assim é que a sociedade burguesa vem mostrando cada vez com maior evidência que os problemas educacionais que ela mesma levanta, ela é incapaz de resolver, do que dá evidência a crise da educação nos países desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos. Portanto, a proposta de LDB deve, sim, partir das condições existentes mas sem perder de vista o horizonte que essas mesmas condições comportam como realidade virtual." (SAVIANI, 1998:195).

Como se percebe através deste debate em alto nível, o autor coloca o socialismo como vir-a-ser possível, desde que gestado no interior do próprio capitalismo. Para a Educação Física, preocupada demais com seus problemas internos, falar em socialismo e em educação socialista pode soar falso. Entretanto como este debate não é novo, não adianta remoer questões obscuras ao professorado de Educação Física. Quero deixar para reflexão um problema concreto mal resolvido pela área: a batalha não terminada entre atividade e disciplina, que é consequência direta do Decreto 69.450/71 e que (re)pôs a

divisão entre turmas (sexos) contribuindo para o isolamento da Educação Física¹²

O Trabalho é atividade humana, sendo possível discipliná-lo. A atividade espontânea e desorganizada na escola não passa de brincadeira, a disciplina rígida e autoritária conduz ao conformismo e à perspectiva apática diante da rebeldia, muitas vezes necessária para as transformações, mas a disciplina coerente, apoiada centralmente pelo professor, que (pode e deve) democratizar o processo educacional, conduz à efetiva aprendizagem. Não existe atividade sem reflexão, mas com certeza existem reflexões que conduzem à atividades contrárias aos interesses dos trabalhadores. O problema é complexo e dialético; envolve novamente a opção por uma estratégia – capitalista ou socialista, sendo estas, antagônicas. Envolve um posicionamento a favor ou contra a regulamentação da profissão. Como optar? Talvez seja necessário trilhar possibilidades no campo da Educação Física ainda virgens. BRATCH (1992:65) oferece uma receita que pode estimular a reflexão dos professores de Educação Física. Advogando princípios de uma pedagogia crítica para a área, o autor enumera as seguintes posturas:

Os professores de Educação Física precisam superar a visão positivista de que o movimento é predominantemente um comportamento motor. O movimento é humano, e o Homem é fundamentalmente um ser social (...) precisam superar a visão de infância que enfatiza o processo de desenvolvimento da criança como natural e não social. Fala-se da criança em si, e não de uma criança situada social e historicamente (...) devem buscar o entendimento de que, o que determinará o uso que o indivíduo fará do movimento (na forma de esporte, de jogo, de trabalho manual, de lazer, de agressão à outros e à sociedade etc), não é determinado, em última análise, pela condição física, habilidade esportiva, flexibilidade, etc, e sim pelos valores e normas de comportamento introjetados, pela condição econômica e pela posição na estrutura de classes de nossa sociedade (...) Superar a falsa polarização entre diretividade e não-diretividade (...) um outro equívoco que precisa ser superado, é o de que devemos simplesmente ignorar a cultura dominante, que nesse entendimento não serve à classe dominada."

O autor também se refere às aulas de Educação Física eminentemente "práticas" e sugere que são adestrantes. Como fazer para (re)orientar a prática pedagógica destes professores? No que a regulamentação da profissão pode ajudá-los?

Refletindo sobre a ideologia (conservadora ou socialista) a serviço do projeto pedagógico, ou seja, como falsa consciência ou como reveladora da verdade. NOSAKI (1999:164) critica os defensores da regulamentação apresentando os seguintes argumentos:

No intuito de conseguir a simpatia de nossos colegas

¹¹ Ver a respeito o capítulo 5 do livro Política Educacional e Educação Física, editora Autores Associados, 1998 de Lino Castellani, intitulado "Teses acerca da Regulamentação da Profissão"

¹² Ver a respeito: SADI, Renato Sampaio. A composição de turmas nas aulas de Educação Física como fator limitador de uma proposta pedagógica. Falso problema? Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação Física Escolar, UNICAMP, 1992

professores junto ao projeto da regulamentação, a centralização dos ataques aos leigos acabou escondendo que tais pessoas seriam outros profissionais qualificados tais como os de educação artística, música, teatro, artes marciais, mas também nossos próprios alunos de Educação Física. Neste último caso ataca-se justamente a pessoa que, na intenção de buscar melhor qualificação para compreender/enfrentar o mundo do trabalho, também é explorada pelo proprietário do meio de produção.

O autor reforça o argumento que a ideologia (no sentido de falsa consciência) na Educação Física, sempre esteve presente. Mais do que buscar espaço político para atuação, ou mesmo espaço corporativo (as vezes legítimo), os professores querem imprimir seu projeto pedagógico, ou se não têm isso claro, filiar-se a grupos no qual vêem simpatia (ideológica).

Assim, buscar a compreensão das atividades físicas, dos jogos, do esporte e das manifestações culturais e expressivas via corporeidade, passa pelo suporte paradigmático, pela compreensão filosófico-científica do por quê, do como e principalmente do para quem do trabalho do professor de Educação Física. Esta é uma pauta obrigatória do projeto pedagógico que interessa aos trabalhadores e deve constituir-se, após larga discussão, em políticas de Educação Física de qualquer governo que se intitule democrático.

Diante da regulamentação da profissão, do cenário colocado e das perspectivas a curto e médio prazo, encaro a Educação Física em cinco tendências atualmente presentes no debate acadêmico e profissional:

1 – *Os de oposição histórica* ao tecnicismo-conservadorismo. Constituinte uma frente que poderia ser denominada de “intenção de ruptura”, o pensamento marxista agrega desde ferrenhos comunistas dispostos a rever táticas de atuação até “independentes” e setores progressistas ligados às reformas baseadas em (re)distribuição de renda, justiça social e solidariedade de classe. Esse grupo é amplo e conta com a adesão dos críticos históricos da área, dos defensores do lazer (e das formas alternativas de Educação Física) na escola, dos construtivistas e sócio-interacionistas e do segmento que defende a educação para a vida, educação inclusiva, além da chamada educação pelo movimento.

2 – *Os velhos conservadores*, hoje formando seus seguidores. Tendência formada pelos tradicionais positivistas que encaram moralmente os “desajustes” sociais como sendo naturais. Nesta vertente encontram-se os militares da geração 1980 (filha do golpe). São críticos do neoliberalismo e críticos da herança autoritária no que se refere aos métodos repressivos, embora firmes quanto à postura contrária aos “subversivos”. Além dos militares, estão também neste campo, os herdeiros da medicina higiênica, responsáveis pela aplicação “clínica” na Educação Física. No espaço escolar, preconizam a educação do movimento e para o movimento nos moldes da rigidez, da disciplina e da ordem dos tempos autoritários: são aulas separadas por sexo, seletivas e realizadas fora do período escolar.

3 – *Os novos conservadores*, que mesclam o discurso antigo com o neoliberalismo – A nova direita (ou o conservadorismo re-atualizado) é constituída desde a cúpula do CONFEF pas-

sando pelos CREFs, pelo meio universitário, com a lógica da fenomenologia e pela prática profissional com o discurso da neutralidade bem como a prática de experiências, o novo empirismo e a ilusão profissional com as profissões liberais. Enquadram-se aqui, os donos de academia, as chefias de instituições anti-democráticas e os professores que buscam legitimar seu trabalho através dos mecanismos formais da burocracia, reforçando a estereotipação social e corporal através dos campeonatos e festividades escolares.

4 – *Os de centro*, que farão o discurso da prática e a prática do discurso “flexível” Colada à nova direita, a perspectiva centrista é politicamente hábil na tomada de decisões: aguarda o embate da esquerda contra a direita (e do fisiologismo desta) para ocupar espaço. A diferença com a tendência anterior reside na questão da ética. Enquanto a nova direita elabora o discurso da prática e a prática do discurso, os centristas esquivam-se do debate, quando muito, fazem apologia do mercado e das possibilidades profissionais da Educação Física. Este grupo é constituído principalmente por burocratas, técnicos desportivos frustrados e “professores-bombeiros”, ou seja, o que mais fazem é apagar o calor dos debates.

5 – *Os aparentemente radicais*, de direita ou de esquerda, sem fundamentação teórica e com uma política anti-democrática. Talvez possa ocorrer o fortalecimento destas correntes do tipo truculência/arrogância (física e ideologicamente). São aparentemente radicais pois centram seu ódio no Estado como figura abstrata, como entidade acima dos homens e no mercado como ser invisível, sem se dar conta das relações teórico-políticas de arranjo entre o professorado de Educação Física. São a favor da força física como método de conquista política quando a força do argumento não consegue atingir o que desejam. Podem ser cooptados pelas demais tendências pois, por serem grupos minoritários, necessitam de aliança para sobrevivência política.

Todos, efetivamente, buscam no ensino da Educação Física, sustentação para seus discursos e embasamento para seus projetos pedagógicos. Tal sustentação pressupõe, sem dúvida, a organização de planos de carreira e quadros salariais dignos, que hoje inexistem face à política neoliberal de FHC e da própria crise do capitalismo. As tendências apresentadas estão em disputa permanente e a primeira sempre lutou contra as outras quatro, pois, nos momentos de crise, todos se unem contra a esquerda. Penso que devemos debater e aprofundar tais tendências, exemplificando concepções, metodologias e autores do debate da Educação Física, pois elas constituem os guetos por onde as futuras gerações passarão. Vejo a Regulamentação da Profissão como a vitória do atraso na área da Educação Física, mas não como fim da história. É uma transição burguesa, cujos impactos atingem o coração das propostas progressistas, o centro nervoso do projeto pedagógico, a possibilidade das transformações democráticas da área.

Referências bibliográficas

- BRATCH, Valter. Educação Física e Aprendizagem social. Porto Alegre, Magister, 1992
- CASTELLANI FILHO, Lino. Política Educacional e Educação Física. Campinas, Autores Associados, 1998
- FERREIRA, Marcelo G. Educação Física: Regulamentação da profissão e esporte educacional ou ... Neoliberalismo e pós-modernidade: foi isto que nos sobrou? Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 18, n. 1, set, 1996, pp. 47-54
- FINKEL, Sara. Crise de acumulação e resposta educacional da nova direita. Revista Teoria & Educação, nº 2, 1990.
- FREIRE, João B. Métodos de confinamento e engorda. In: MOREIRA, Wagner. W. (org) Educação Física & Esportes. Perspectivas para o século XXI, Campinas, Papyrus, 1992, pp 109-122.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Tradução de Carlos B. Coutinho. V. 1, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.
- HUNGARO, Edson M & SADI, Renato S. Unicsul: Em busca de uma Educação (Física) crítica. Anais do I Congresso Regional Sudeste do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Campinas, 1999.
- MACHADO, Lucilia R de Souza. Politécnica, Escola Unitária e Trabalho. São Paulo, Cortez & Autores Associados, 1991
- MEDINA, João P. S. Reflexões sobre a fragmentação do saber esportivo. In: Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas, Papyrus, 1992.
- NOZAKI, Hajime T. Conselho Federal de Educação Física: perguntas de um trabalhador que lê. RBCE, v.23, n. 2 e 3, abr-set, 1999.
- SADI, Renato S. A composição de turmas nas aulas de Educação Física como fator limitador de uma proposta pedagógica. Falso problema? Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação Física Escolar. UNICAMP, 1992.
- _____. Renato S. Os impactos das políticas neoliberais e a resistência do sindicalismo classista. Revista do Sinpeem, nº 2, jan, 1995, pp 42-47.
- _____. Renato S. Resistindo ao neoliberalismo. Revista do NEAM-PUC-SP, nº 1, mai, 1997, pp 99-111.
- _____. Renato S. Condicionantes políticos da formação docente. Revista da APG-PUC-SP, ano IV, nº 11, 1997, pp 133-141.
- _____. Renato S. Educação Física e Esportes. Crise e desafios urgentes. Revista UNICSUL, ano 3 nº 4, ago, 1998, pp 44-53.
- SAVIANI, Dermeval. A nova Lei da Educação. LDB Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas, Autores Associados, 1998
- STEINHILBER, Jorge. A regulamentação da Educação Física e os Conselhos profissionais. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 20, n. 1, set, 1998, pp. 22-31.
- WOLF, Fausto. Sou panfletário, sim! Revista Bundas, ano 1, nº 42, abr, 2000.

ABSTRACT: *This works present the regulation impacts os Physical Education profession (Law 9.696/98) and discuss the pedagogic project to teaching in school.*

Endereço do Autor: Rua da Tijuca, 1021, cx postal 670, Cep: 13-130-590. Campinas-SP
E-mail: rjsamps@terra.com.br Telefones: 019 – 258-3417 e 019-9712-3243